

Valor
Setorial

April 2022
www.valor.globo.com

ENERGIA



CONTAGEM REGRESSIVA

Cenário de risco abre oportunidades

PRAZO MAIOR COM MUDANÇAS NA LEI

Produtores ganham tempo para substituir a matéria-prima, mas há críticas dos consumidores à decisão devido a subsídios envolvidos e ao impacto ambiental Por Rita Cirne

A aprovação neste ano da lei que prorrogou por 15 anos, a partir de 2025, a contratação pelo governo de termelétricas a carvão – e que beneficiou especialmente o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, em Santa Catarina – gerou descontentamento entre as indústrias que são impactadas pelo custo dessa energia. Mas deu tranquilidade aos produtores de carvão, que ganharam mais tempo para investir no programa de substituição da matéria-prima.

Segundo Fernando Luiz Zancan, presidente da Associação Brasileira de Carvão Mineral (ABCM), o Brasil assumiu em Glasgow, na Escócia, o compromisso de fazer a neutralidade do carbono em 2050, mas a guerra entre Rússia e Ucrânia trouxe outro parâmetro.

“Tudo isso pode ser revisto. Os governos vão intensificar a busca por energias renováveis, o que torna necessário o backup de carvão. No Brasil, a transição energética será feita do alto carbono para o baixo carbono”, afirma Zancan. Segundo ele, o país precisa desenvolver esse mecanismo para atender aos objetivos de ser carbono neutro até 2050, não só para o carvão, mas também para o gás natural e petróleo e gás.

O Brasil tem um parque termelétrico com capacidade instalada de 1.572 megawatt (MW) em operações com carvão. “A participação na matriz energética é pequena, mas

importante para a segurança energética.” Para auxiliar no combate aos gases de efeito estufa, existem tecnologias para se capturar o CO₂ do carvão, mas elas precisam se tornar viáveis economicamente, afirma Zancan. “Hoje, no mundo, existem 30 projetos implantados que capturam o CO₂. Outros 102 estão em análise econômica e em implantação.”

A ABCM está investindo em tecnologia para captura de CO₂ em uma planta em Criciúma (SC), no centro de tecnologia de uma unidade educacional, destaca Zancan. A tecnologia está sendo desenvolvida com uma empresa americana e com o Departamento de Energia de Pittsburg, nos Estados Unidos. “Nessa tecnologia foram investidos R\$ 11 milhões e vamos investir outros R\$ 7 milhões nos próximos dois anos. É bom lembrar que o investidor que comprou o complexo Lacerda da Engie Brasil está estudando um meio de produzir fertilizantes a partir da retirada de enxofre do carvão. A China também tem vários projetos de captura e faz gasolina a partir do CO₂.”

Para ele, o processo de transformação do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda precisa ser feito com cuidado, porque engloba 15 municípios e movimenta R\$ 5 bilhões por ano em torno da usina. Assim, o complexo precisa de um programa de transição que mude o modelo tecnológico, mas mantenha a economia e o emprego. Ele lembra



LEO PINHEIRO / VALOR

também que estudo feito pela Thy-mos Energia para a ABCM sobre o custo-benefício do Complexo Jorge Lacerda, que é a maior termelétrica a carvão do Brasil, demonstrou que a usina economizou para o sistema elétrico brasileiro R\$ 10 bilhões em 14 anos – de 2006 a 2020. Em média, foram R\$ 700 milhões por ano que os consumidores deixaram de pagar.

Já a entidade que representa os consumidores, a Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Li-

Zancan, da ABCM: importância na segurança energética



Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (SC) é o principal beneficiado com a nova legislação

vres (Abrace), tem outra visão sobre a lei que prorrogou a contratação pelo governo de termelétricas a carvão. Segundo Victor Iocca, diretor de energia elétrica da entidade, a cadeia do carvão vem sendo subsidiada pelo setor elétrico e pelos consumidores há mais de 50 anos.

“Se o governo tivesse contratado uma energia mais competitiva e renovável, teria uma economia de R\$ 840 milhões por ano, porque essas energias são mais baratas. A postergação de uma política de subsídio mantém o custo da energia mais caro a longo prazo e impõe uma resistência na descarbonização de nossa matriz energética”, diz Iocca, que aponta a necessidade de o Brasil ser competitivo em energia limpa. “A política pública atual atrapalha o processo de transição energética para a indústria que quer ser competitiva globalmente e focada na sustentabilidade.”

É preciso ainda, ressalta Iocca, analisar o impacto ambiental, porque as emissões de gases de efeito estufa no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda chegam a 4,4 milhões

de toneladas ao ano, a metade das emissões de países como a Costa Rica.

Na opinião de Marcelo Moraes, presidente do Fórum de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico (Fmase), o carvão tem uma participação pequena na matriz elétrica brasileira, de 2%, o que é irrelevante em termos de contaminação ambiental. É diferente da China, onde 70% da energia elétrica tem o carvão como fonte.

“A vantagem das termelétricas é que geram energia de forma constante, enquanto as fontes renováveis são intermitentes. Assim, as fontes térmicas têm a sua importância na segurança da matriz elétrica. Por essa razão, a descarbonização deve ser feita com cuidado e responsabilidade, para garantir o suprimento de energia e a qualidade de vida. Se não for feita de forma bem pensada, pode ocorrer a falta de energia elétrica”, diz Moraes.

Ele aponta como positivo o fato de existir preocupação com o desenvolvimento de tecnologia de captura do carvão, a CCS, que inclui a captura, transporte e arma-

zenamento de dióxido de carbono, uma das tecnologias mais promissoras para a redução de emissões de CO₂, a partir de estruturas de combustíveis fósseis. E acrescenta que a guerra entre Rússia e Ucrânia provocou apreensão em relação ao fornecimento de energia e elevou os preços das commodities, como óleo e gás. Mas, no médio e longo prazos, abre oportunidade para países em desenvolvimento aumentarem seus programas de energia renovável.

Na opinião de Thiago Lang, diretor de verticais de indústrias, soluções em ESG e fusões e aquisições da Aon Brasil – empresa de consultoria e gestão de riscos e seguros –, a tendência de descarbonização vem crescendo no Brasil e no mundo. “É o que temos observado junto aos nossos clientes. Até mesmo empresas tradicionais do setor de energia, como as petrolíferas, estão buscando fazer a transição para fontes mais limpas de energia.” Lang afirma que essa procura fez com que a Aon criasse no ano passado uma diretoria nova global de energias renováveis para atender a essa demanda.